

General índio agora é presidente da Funai

» MAIZA SANTOS

O general Franklimberg Ribeiro de Freitas foi nomeado ontem presidente interino da Fundação Nacional do Índio (Funai), na qual até agora ocupava o cargo de diretor de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável. É filho de uma índia da etnia Mura e o primeiro militar a presidir o órgão em 25 anos.

Assim como Antônio Fernandes Toninho Costa, demitido do comando da Funai na semana passada, Franklimberg é uma indicação política do PSC. Em julho do ano passado, foi cotado para assumir a Presidência, mas parte do movimento indígena criticou a escolha de um oficial do Exército para a vaga, e o governo recuou.

Nascido em Manaus, Franklim-

berg tem 61 anos. É doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Antes de atuar na Funai, era assessor de relações institucionais do Comando Militar da Amazônia (CMA). Ele deverá ficar no cargo até a nomeação de um presidente definitivo.

Márcio Santilli, sócio-fundador do Instituto Socioambiental (ISA), que foi presidente da Funai no governo de Fernando Henrique Cardoso, criticou a escolha. “Está faltando esclarecimento do presidente da República sobre o que ele pretende nas políticas indigenistas”, analisa.

A exoneração de Antônio Cos-

Ministério da Justiça/Divulgação



Franklimberg Ribeiro é filho de uma índia da etnia Mura

ta ocorreu em um momento conturbado para a Funai. O órgão sofreu um corte de 44% em seu orçamento para o ano de 2017. O dinheiro previsto para gastos administrativos, como o pagamento da conta de luz e aluguel, foi reduzido de R\$ 107,9 milhões para R\$ 60,7 milhões.

Houve gastos de R\$ 27,8 milhões, nos primeiros quatro meses deste ano, com manutenção, despesas administrativas e programas finalísticos. Com o corte de R\$ 60,7 milhões, sobram apenas R\$ 22 milhões até o final do ano, de acordo com levantamento feito pela ONG Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

Em março, o governo extinguiu 87 cargos comissionados, quase 12% do total.

No início do mês, houve um ataque à etnia Gamela, no Maranhão, em um conflito por terras, deixando 10 feridos entre índios e fazendeiros. O pedido de demarcação dos povos Gamela ainda não consta na base de dados da Funai. Existem 780 pedidos. Desses, 480 foram concluídos e as terras demarcadas, segundo o ISA, que faz o monitoramento. A falta de verbas, no entanto, é apontada como causa para a diminuição de ações de fiscalização e demarcação de terras.